



Público

22-10-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Justiça

Dimensão: 955 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 6

NOVO GOVERNO

Polémicas entram pela porta da Justiça

Mariana Oliveira e Ana Henriques

Dois juizes no Governo. Na Justiça, Mário Morgado poderá abanar o sistema. Ex-chefe de espões vai para a Administração Interna

Não é comum ouvir um magistrado falar de produtividades nos tribunais, mas o juiz Mário Belo Morgado, que aos 63 anos vai ocupar a pasta de secretário de Estado Adjunto e da Justiça, não tem medo de expressões que incluam a “capacidade de resposta dos tribunais” e de “critérios de racionalidade organizativa”.

Também defende ideias polémicas como a fusão do Tribunal Central de Instrução Criminal, onde estão habitualmente colocados só dois juizes, Carlos Alexandre e Ivo Rosa, com o Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, para evitar que os casos mediáticos parem sempre na mão dos mesmos. Insiste na abertura da justiça, que diz que não deve ser secreta e aponta a lentidão como o principal problema do sector. Era o diagnóstico que fazia em Maio de 2016, quando assumiu a vice-presidência do órgão de gestão e disciplina dos juizes, o Conselho Superior da Magistratura (CSM).

A preocupação levou, por exemplo, a que em Outubro do ano passado, no dia seguinte a uma juiza ter adiado por mais de três meses a leitura da decisão final de um processo que envolvia o ex-líder parlamentar do PSD Duarte Lima, Mário Morgado fizesse um despacho em que determinava que os magistrados devem comunicar as suas intenções de adiar actos “com dilações notoriamente excessivas” ao CSM.

Na opinião de muitos, esta e outras decisões interferiram de forma ilegítima na independência dos juizes. Aliás, o juiz foi muitas vezes impopular entre a classe, como quando defendeu, com o presidente do conselho, a punição do juiz Neto de



Mário Morgado é conhecido pelas suas posições frontais

Antero Luís foi director do SIS durante seis anos e, a seguir, secretário-geral do Sistema de Segurança Interna



Moura, da Relação do Porto, que desvalorizou uma agressão grave praticada pelo marido contra a “mulher adúltera”.

Antero Luís ilibado

Director do Serviço de Informações de Segurança entre 2005 e 2011 e logo a seguir secretário-geral do Sistema de Segurança Interna, sempre por escolha do Governo de José Sócrates, o juiz Antero Luís, que agora é indicado para a Secretaria de Estado da Administração Interna, chegou a ser investigado no processo dos vistos gold. As suspeitas de corrupção e favorecimento pessoal – que chegaram a recair sobre ele – foram suficientes para Antero Luís contra-atacar o funcionamento da justiça, apresentando participações disciplinares quer contra o juiz de instrução do caso, Carlos Alexandre, quer contra os procuradores que dirigiram a investigação. Queixas que acabaram, porém, arquivadas.

Em causa estava a proximidade de Antero Luís com o principal arguido do processo, António Figueiredo – que, até ser detido, em 2014 chefiava o Instituto dos Registos e Notariado e acabou por ser condenado por corrupção.

O juiz acompanhou-o mais de uma vez em deslocações e eventos relacionados com negócios imobiliários para vistos gold, o que despertou as suspeitas dos procuradores do Departamento Central de Investigação e Acção Penal. Antero Luís acabaria por ser ilibado no Verão de 2015: “Não se recolheram indícios de que tenha aceiteado ou solicitado ao dr. António Figueiredo vantagem patrimonial ou não-patrimonial como contrapartida de um acto praticado enquanto director dos Serviços de Informações Portugueses, ou enquanto juiz”.

mariana.oliveira@publico.pt
ana.henriques@publico.pt

ANTÓNIO COSTA DIXIT

“Não há no Governo qualquer tipo de relação familiar”

“Pela parte que nos cabia, está feito o trabalho; está constituída a equipa. O sr. Presidente da República aceitou e está pronto para proceder à nomeação”

“É seguramente uma prioridade do país reforçar a coesão territorial e darmos uma nova atenção à necessidade de valorização do interior”

“É fundamental para a organização do Estado revalorizar a função de planeamento — uma das áreas em que houve maior empobrecimento e desertificação em todos os ministérios”

“Vamos fazer um grande investimento nessa área e devolver a todos os ministérios capacidade de planeamento, estudo de análise e prospectiva”

“Nada voltará a ser como dantes. Há todas as condições de um diálogo político”